



Catálogo: Cleide de Albuquerque Moreira
Bibliotecária/CRB 1100

Revisão: Rita de Cássia Garcia Geraldo Braga
Revisão Final: Elias Januário
Consultor: Luís Donisete Benzi Grupioni

Projeto Gráfico/Diagramação: Fernando Selleri Silva
Fotos: Acervo do 3º Grau Indígena
Fotógrafos: Antonio dos Santos Júnior, Darlan Seconello,
Elias Januário, Fernando Lopes e Joana Saira

Dados internacionais de catalogação
Biblioteca "Curt Nimuendajú"

CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - 3º GRAU IN-
DÍGENA. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 4, n. 1, 2005.

ISSN 1677-0277

1. Educação Escolar Indígena I. Universidade do Estado de Mato Gros-
so II. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso III. Coordena-
ção-Geral de Documentação / FUNAI.

CDU 572.95 (81) : 37

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Campus Universitário de Barra do Bugres

Projeto 3º Grau Indígena

Caixa Postal nº 92

78390-000 - Barra do Bugres/MT - Brasil

Telefone: (65) 3361-1964

www.unemat.br/indigena - indigena@unemat.br

SEDUC/MT - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

Superintendência de Desenvolvimento e Formação de

Professores na Educação

Travessa B, S/N - Centro Político Administrativo

78055-917 - Cuiabá/MT - Brasil

Telefone: (65) 3613-1021

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

CGDOC - Coordenação-Geral de Documentação

SEPS Q. 702/902 - Ed. Lex - 1º Andar

70390-025 - Brasília/DF - Brasil

Telefone: (61) 3313-3730/3226-5128

dedoc@funai.gov.br



ARQUEOLOGIA, EDUCAÇÃO INDÍGENA E DESENVOLVIMENTO

*Luciano Pereira da Silva**

O presente texto tem por objetivo discutir e apontar questões referentes aos temas “Arqueologia, Educação e Desenvolvimento” entre diferentes populações indígenas do Brasil. Os dados a serem analisados são procedentes de uma oficina sobre Etnoarqueologia realizada no âmbito do 3º Grau Indígena¹. Fundamentalmente pretende-se analisar questões relacionadas à concepção e a expectativa que diferentes grupos indígenas, de diferentes regiões do Brasil, podem ter acerca dos temas discutidos aqui. A importância desse texto justifica-se diante das mais recentes orientações e reflexões críticas sobre a Arqueologia, desenvolvidas especialmente com a criação do Congresso Mundial de Arqueologia em 1986, em que pese questões como a ética, o caráter público da Arqueologia, de gênero e da participação de povos e organizações indígenas (FUNARI; NEVES; PODGORNYY, 1999, p.3-5; FUNARI, 2002, p.90-91; 1999). Objetivamente o texto pretende travar uma discussão em torno da questão “Arqueologia e Sociedades Indígenas: porque, de quem, para quem e como”.

Professor do Departamento de História da UNEMAT, Campus de Cáceres. Mestrando do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, com concentração na área de Arqueologia.

¹ Realizada na 2ª Etapa Intensiva do referido programa, entre os dias 21 a 25/01/2002, foi coordenada por Luciano Pereira da Silva, com a participação de Marco José dos Santos Matos.

Ensino Superior Diferenciado, Arqueologia e Desenvolvimento: em torno de uma discussão sobre patrimônio arqueológico e identidade étnica

O texto propõe uma reflexão de quais podem ser os contornos para uma Arqueologia Pública Nacional, nas quais estejam pautadas questões como etnicidade e identidade étnica indígena.

No campo da fundamentação teórica, a Arqueologia crítica internacional, no que tange as idéias sobre processos históricos, interação cultural (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999) e teoria de redes (ORSER, 1999), tem discutido questões como ideologias dominantes do presente, colonialismo científico, nacionalismo, culto às elites e à subjetividade da Arqueologia (FUNARI; NEVES; PODGORNÝ, 1999, p.3-6-7).

Nesses termos, uma reflexão sobre Arqueologia, Identidade Étnica e Educação Indígena deverá ter como pressupostos questões como o caráter subjetivo e simbólico no uso de traços culturais diferenciadores, que se transformam em decorrência de situações vivenciadas, que são continuamente reproduzidas em contextos diversos, e que variam de acordo com as relações de poder estabelecidas dentro do processo de interação social existente (JONES, 1997, p.123). Tais colocações se opõem à idéia de homogeneidade cultural, fruto de uma arqueologia preocupada com a formação e consolidação dos Estados Nacionais.

Nessa conjuntura a Arqueologia deve ter por princípio a construção de uma teoria arqueológica pautada: na interdisciplinaridade efetiva, nos debates teóricos, no compromisso com a prática arqueológica, nas peculiaridades de suas fontes, nos interesses mais amplos da teoria social, no pragmatismo e ecletismo, no pluralismo e na criatividade da atividade arqueológica (SHANKS apud FUNARI, 1999-2000, p.80).

Considerando tais argumentações teóricas, a comunidade indígena deixaria de ser mero consumidor para assumir a fundamental posição de produtor de conhecimento, sobre o qual o engajamento político contribuiria para a socialização do conhecimento e para a conscientização acerca da cultura material e do patrimônio arqueológico (FUNARI, 1999b, p.1; 1999-2000, p.82).

As perspectivas de uma Oficina sobre Arqueologia em Licenciaturas Plenas Para Professores Indígenas

A oficina realizada procurou compreender as expectativas dos índios em relação a Arqueologia, sendo esse o problema principal aqui proposto. As discussões teóricas realizadas no âmbito da Arqueologia Mundial vêm apontando para a real necessidade da participação da periferia na produção do discurso arqueológico (FUNARI; NEVES; PODGORNÝ, 1999; FUNARI, 2002).

Nesse contexto pretende-se contribuir para uma reflexão que vislumbre a construção de uma teoria arqueológica brasileira, que considere o ponto de vista das sociedades indígenas, possibilitando ampliar o conhecimento científico sobre essas sociedades e inserir nas escolas indígenas discussões referentes a área de conhecimento aqui discutida.

Buscou-se apresentar o tema da Arqueologia junto às sociedades indígenas de forma a contribuir para estudos estratégicos que acrescentem para o desenvolvimento de políticas públicas que insiram o componente indígena na construção participativa de uma Arqueologia Pública Brasileira, voltadas para os interesses políticos e sociais dessas populações.

Dessa forma, as perspectivas de análise se voltam para a inserção indígena no discurso da teoria arqueológica, com compromissos sociais próprios e desvinculados exclusivamente de estratégias desenvolvimentistas, que subvertem a importância da disciplina àquelas relacionadas às Ciências Exatas, Tecnológicas e Naturais (MARLIC, 1997).

A idéia foi questionar e compreender as seguintes questões relacionadas à “Arqueologia, Educação Indígena e Desenvolvimento”: como deve ser o papel das escolas indígenas em relação as formas tradicionais de repasse do conhecimento no contexto das transformações globais e qual será a participação da comunidade nesse processo?

As hipóteses deste texto estão pautadas em três pontos: que os professores indígenas são elementos chave para a inserção das

populações indígenas no discurso arqueológico e na construção de uma identidade indígena para Arqueologia Brasileira; que a Etnologia, a Etno-história e a Antropologia são fundamentais para a compreensão do contexto que funda identidades arqueológicas; que os dados existentes oferecem importantes possibilidades de discussão sobre Arqueologia, Educação e Desenvolvimento no âmbito das preocupações sociais, científicas e políticas de uma Teoria Arqueológica Internacional.

A oficina realizada pautou-se em apresentar o objeto, os objetivos e os métodos da arqueologia, seu caráter interdisciplinar e sua condição enquanto disciplina das ciências sociais (SCHIAVETTO, 2003, p.24-29). A partir disso foi feita a seguinte indagação: “como a arqueologia pode contribuir para o conhecimento das sociedades indígenas? Sobre a qual os índios produziram textos individualmente e que são partes integrante dos dados apresentados e analisados nesse artigo.

As colocações e fragmentos de textos não representam à totalidade das informações prestadas pelos professores índios: *“recuperação do passado que muitos povos indígenas não conhecem, estudo de utensílios, armas etc, confirmando a presença indígena há muito tempo, pois através da Arqueologia é que podemos obter a época em que viveram esses povos”* (Ana Carina dos Santos - Terena); *“mesmos objetivos que o historiador, o meio de conhecerem o passado são bastante diferentes / o início, meio de sabermos algumas coisas da vida daqueles povos que não conheciam a Arqueologia / o lento desenvolvimento da tecnologia, os modos de adaptação à natureza, o aproveitamento dos recursos naturais, a evolução das representações artísticas, a dispersão de grupos, os contatos entre culturas”* (André dos Santos - Bakairi); *“a etnoarqueologia pode contribuir com o primórdio da história étnica dos povos indígenas da América / entre a nossa sociedade mais próximo em relação a história dos mitos e também de povos antropófagos, no mito contato na história dos mais velhos e com o contato com outro que não seja indígena, mas considerado como não-índios que dominaram territórios indígenas com suas técnicas avançadas/ pode contribuir com a pesquisa de vestígio como artefato dos povos que foram dizimados”* (Takap Trumai Kayabi); *“a história das Américas não se reduz a uma sucessão entre índios e brancos nos quais os primeiros foram gradualmente se submetendo a dominação dos segundos / quando o Estado*

Brasileiro aprender a reconhecer os povos indígenas como primeiros habitantes desta terra, este começaram a obter direitos e garantias sobre o que restara de seu território” (Iokore Kawakum Ikpeng); “a etnoarqueologia estuda a cultura material e espiritual dos povos, ou seja, ela tem a intenção de compreender o passado levando em consideração os povos existentes/a arqueologia pode servir no resgate cultural de muitas civilizações indígenas” (Leidiane Pego de Souza Tupinikim); “contribuir para resgatar fonte histórica de antepassados, e conhecer o objeto o que fazem parte de um povo, para desenvolver com descrição uma fonte de conhecimento de comprovação real de território de nosso povo da época memorial / o levantamento arqueológico e antropológico é uma fonte de registro e histórico, principalmente documentos de uma nação que viveu e ainda vivem / o meu ponto de vista, todos os documentos feitos por teóricos são importantes de documentação de povos indígenas de qualquer país” (Alexandre Azomaré - Paresi); “os objetos que foram deixados debaixo da terra são os símbolos que contam a história que existia / aí povos indígenas deixaram muitos sinais de vestígios que foram cobrindo pelas terras. Hoje, esses sinais muito foram descobrindo para conhecer, a história realidade dos povos indígenas” (Antonio Tsereptawe Xavante); “a arqueologia pode contribuir descobrindo o passado das comunidades indígenas antigas” (Bartolomeu Pronhõpa - Xavante).

Algumas perspectivas sobre a Arqueologia entre professores indígenas

Os dados levantados permitem apontar algumas questões sobre: a memória oral como abordagem da Arqueologia, a necessidade de uma produção científica no sentido de se conhecer a História Indígena por meio da Arqueologia, a desmistificação do processo de colonização europeia como marco de ocupação da América, a valorização da história indígena, a importância da Arqueologia no processo de resgate cultural e recuperação étnica, a arqueologia como recurso legal em processos fundiários de identificação e demarcação de terras indígenas, a relação entre cultura material e etnicidade, a manutenção de atividades culturais em relação com a produção de artefatos e por fim a inserção de populações no discurso arqueológico.

As informações apresentadas permitem balizar algumas questões sobre as possibilidades de variação, por exemplo, na importância do registro arqueológico de um ponto de vista. Tais pontos certamente nos remetem a diferentes processos históricos de contatos inter-étnicos e com as frentes de colonização e religiosas, entrecortados por ideologias dominantes e regionalismos numa esfera global de pensamento.

Os contextos culturais analisados a partir dos dados coletados, fornecem elementos para uma comparação entre diferentes grupos, sobre os quais, elementos etnográficos, etnológicos, etno-históricos e linguísticos são fundamentais para a interpretação das informações relativas as expectativas dos índios em relação a Arqueologia.

As discussões a serem empreendidas para a análise de dados vêm no sentido de compreender as formas de interação que diferentes grupos indígenas podem ter em relação a Arqueologia Pública, Educação e Desenvolvimento. A necessária interpretação dos diferentes atores e das relações sociais estabelecidas no interior da comunidade, e o processo de interação existente entre eles, são fundamentais para qualquer iniciativa que pretenda discutir Patrimônio Arqueológico e Material entre populações indígenas.

A partir dessas colocações o direcionamento das discussões junto aos professores indígenas deve ser: qual é o interesse deles pela Arqueologia e a inserção do tema dentro das suas comunidades, como deve ser o processo de interação entre a sociedade científica arqueológica e as populações indígenas, em que termos pode ser o envolvimento dos povos indígenas no discurso da Arqueologia Pública e como ela deve ser inserida na *práxis* pedagógica das escolas indígenas.

História, Arqueologia e Educação Indígena

Na Arqueologia internacional, os direitos humanos vêm sendo amplamente discutidos. Pautados na defesa das minorias e no questionamento da visão ocidental hegemônica é que se funda o

Congresso Mundial de Arqueologia em 1986, que abre a produção científica às vozes dos excluídos, em torno do caráter público da Arqueologia, da ética, das relações de poder no interior da disciplina e dos conflitos econômicos e políticos (FUNARI; NEVES; PODGORNÝ, 1999, p.3; FUNARI, 2002, p.89).

A relação entre os direitos indígenas e os temas “Arqueologia, Educação e Desenvolvimento”, são de fundamental importância na realização de diagnósticos que tenham por intenção uma gestão participativa para as definições sobre o patrimônio arqueológico indígena e o manejo de seus sítios, questões bastante presentes em países como México, Peru e Estados Unidos (FUNARI, 2002, p.89; BARRETO, 1999, p.205-207).

A Arqueologia Pública e as Políticas de Patrimônio Arqueológico deveriam estar inseridas nos projetos e planos de Gestão em Terras Indígenas, seja nas áreas de Educação, Saúde ou Economia. Em cada uma dessas áreas, a cultura material está presente, considerando que patrimônio material pode significar também qualidade de vida e preservação para a informação (BRUNO, 1991 apud FUNARI, 2003, p.7). Entretanto, isso se configura num problema teórico metodológico e em um desafio para aqueles que se dedicam a reflexão sobre a execução de projetos, programas e políticas públicas entre populações indígenas, especialmente aqueles que tratam sobre etnodesenvolvimento, que podem acabar por englobar o todo: economia, sustentabilidade, saúde, educação, cultura, ciência e política.

As idéias aqui lançadas, que relacionam Arqueologia, Educação e Desenvolvimento, pretendem contribuir para a compreensão do peso político e científico do tema entre populações indígenas, visando acrescentar para o desenvolvimento de uma “Arqueologia Brasileira mais crítica, reflexiva, heterogênea, holística, plural e dedutiva, mais engajada do ponto de vista social e melhor preparada em termos teóricos e metodológicos” (EREMITES, 2002, p.42).

A inserção dos professores indígenas em discussões relativas à Arqueologia, certamente favorecerão a construção de uma Arqueologia Brasileira, na qual a informação etnográfica emic será um fator fundamental para a compreensão da produção do registro arqueológico, conforme vêm indicando pesquisas desenvolvidas na

Amazônia Central, Centro-Oeste e Sul (NEVES, 1999; NOELLI, 1999; WUST, 1999). Tais trabalhos relacionam continuidades e descontinuidades, desenvolvem discussões em torno de aspectos lingüísticos, processos migratórios, relações sociais e redes de interação estabelecidas em diferentes épocas e de formas diversas (ORSER, 1999; ROBRAHN-GONZÁLES, 1999).

Atualmente, alguns arqueólogos brasileiros na esteira das discussões empreendidas pela Arqueologia Internacional vem se voltando para estudos que enfatizem: a interdisciplinaridade, o contexto histórico e sócio-cultural, os indivíduos na sociedade, o caráter simbólico, a ideologia e a vinculação entre o passado e o presente, a diversidade de grupos e gêneros na sociedade e a pluralidade de discursos. (FUNARI, 2002, p.92; 1999, p.216; 1999a; 1996; HODDER, 1988, p.177; ROBRAHAN-GONZÁLES, 1999, p.23-24; LIMA, 2003; POLITS, 1999, p.264).

Nas perspectivas citadas acima, pode-se citar os estudos de Irmi Wust no centro-oeste brasileiro com os Bororo (1999), o de Eduardo Neves na região do rio Uapés na Amazônia (1999) e o de Francisco Noelli com os Jê do sul, os Kaingáng e os Xoklen (1999). As discussões empreendidas por esses arqueólogos giram em torno de continuidades e descontinuidades culturais na interpretação do registro arqueológico, visando à construção de uma idéia de etnicidade pautada na: heterogeneidade cultural, redes de troca, simbiose e resistência cultural (WUST, 1999); relação entre passado arqueológico, passado histórico e presente etnográfico (NOELLI, 1999, p.295); hipóteses que relacionam o processo de “tucanização” e expansão do povo Tucano ao processo de ocupação européia a partir do século XVI, situação essa que produziu transformações nas diversas comunidades indígenas na região do médio rio Uapés (NEVES, 1999, p.328). Tais produções acadêmicas certamente contribuem para uma visão mais rica e diversificada da história indígena brasileira (NEVES, 1999, p.329).

Na Arqueologia Brasileira poucos são os trabalhos de arqueólogos que convivem, interagem e contribuem com povos indígenas, podendo citar os de Soares (1997), Noelli (2000); Baeta (2000) e Oliveira (1996), tais pesquisas tem por perspectiva incorporar a voz dessas populações no discurso científico e político da

Arqueologia (apud FUNARI, 2002, p.92). As conseqüências dessa situação de não interação com as populações indígenas podem ser vistas em congressos e reuniões científicas, nas quais os antropólogos, em nome dos índios, questionam a apropriação do material arqueológico por parte dos arqueólogos, esses por sua vez reivindicam o direito científico sobre o referido material (FUNARI, 1999, p.91; NEVES, 1999, p.322). Tal situação pode ser também grave e perigosa quando envolve sociedades indígenas atuais e a arqueologia de contrato (FUNARI, 2002, p.91), processos fundiários de identificação e demarcação de terras indígenas (OLIVEIRA, 2002, p.46; PACHECO DE OLIVEIRA, 2001, p.26; SCHIAVETTO, 2003, p.35-102).

Entretanto, tais discussões teóricas e metodológicas acerca do processo de ocupação indígena no território brasileiro, das transformações ocorridas nessas sociedades e o papel de uma Arqueologia Pública voltada para as populações indígenas pouco atingem os ambientes escolares de formação básica. A história tradicional é ainda a mais conhecida nas escolas, nos livros didáticos, em noticiários sensacionalistas, e por vezes, na própria ciência acadêmica. Essa situação conceitual e de desconhecimento, relega aos povos indígenas papel secundário na formação do estado brasileiro, com análises simplistas e reducionistas dos povos indígenas, acabando por estereotipá-los.

Nesse sentido, o espaço da Arqueologia e da cultura material não se encontram claramente definido nos Parâmetros Curriculares de Educação Indígena. Esses temas costumam ser tratados dentro da área de Artes, Ciências Naturais e como uma simples fonte para as Ciências Humanas (MEC, 1998, p.21-26), sem, no entanto, discutir questões teóricas específicas e peculiares relativas ao registro arqueológico. Pragmaticamente uma discussão teórica acerca do registro arqueológico, da sua produção e especialmente o seu significado simbólico não está estabelecida nas escolas indígenas, assim como a inserção do tema em Projetos Político Pedagógicos está por ser feito.

E ainda, questões relacionadas ao patrimônio arqueológico são pouco vislumbradas na execução de planos e projetos de gestão ambiental e etnodesenvolvimento em terras indígenas, já que a implementação desses tipos de atividades deveriam visar, em um

primeiro momento, a aquisição de recursos financeiros por meio de atividades não tradicionais, no caso o turismo, modalidade não regulamentada e bastante polêmica para ser executada em terras indígenas, mas que é realizada de forma desordenada em algumas áreas. Entretanto, outras vinculações entre patrimônio material e sustentabilidade podem ser vislumbradas: a utilização, a escassez e a destinação de matéria prima de origem animal e vegetal para confecção de artefatos, a manutenção de atividades culturais tradicionais, redes de troca e intercâmbio, transformações sócio históricas, e especialmente os aspectos cognitivos e simbólicos (UNEMAT, 2003).

A situação acima pode ainda ser mais ampliada ao discutir-se Arqueologia e Desenvolvimento. Nesse caso depara-se com algumas situações fundamentais para sua compreensão: a idéia conflituosa gerada pelo senso comum sobre o que é a Arqueologia e a relação entre identidade e ideologia como chave para compreensão dessa questão (MARLIC, 1997, p.324-326).

O problema relacionado a Arqueologia e Desenvolvimento se remete à idéia de um senso comum, que a caracteriza como uma disciplina livre e inútil praticada na academia. Sendo essa esfera enfocada puramente sob a ótica econômica e de mercado, voltada a solução dos problemas de subdesenvolvimento e de impactos ambientais antrópicos. Nesse conjunto de fatores a Arqueologia assume um papel secundário, por um lado em relação à captação de recursos financeiros e patrocínios para pesquisas arqueológicas, obtidas em decorrência das necessidades e demandas das ciências naturais e exatas de uma engenharia econômica, ligados por um lado a projetos ambientais conservacionistas, e por outro, a atividades culturais voltadas para o turismo (MARLIC, 1997, p.324).

Tais demandas institucionais ou sociais, freqüentemente possuem viés ideológico, com métodos e objetivos questionáveis por suas estratégias imediatistas. Essa relação entre Desenvolvimento e Arqueologia apresenta duas questões bastante importantes: qual é a identidade do povo nessa situação e como o povo se auto-identifica e incorpora os dados arqueológicos científicos (MARLIC, 1997, p.326).

Conclusão

Os sítios arqueológicos no interior de terras indígenas podem ser identificados como: áreas inexploradas e intactas do ponto de vista da sua integridade física; reservas que podem possibilitar o diálogo científico entre o passado arqueológico e o presente etnográfico; prioritários no sentido de permitir a inserção do discurso indígena no contexto arqueológico; possíveis locais de manejo de sítios arqueológicos que se voltem para discussões em torno de um turismo cultural e arqueológico.

É de fundamental importância, considerando as questões apresentadas nesse texto, uma discussão no interior das comunidades indígenas sobre seus sítios arqueológicos e como podem ser procedidas ações que visem o manejo desse tipo de patrimônio.

A pergunta que se faz é a seguinte: para as populações indígenas a discussão sobre Patrimônio Arqueológico é importante? Se a resposta for positiva as indagações devem ser: porquê, o que e como fazer. Essas perguntas devem ser discutidas e definidas pelos diferentes setores das comunidades indígenas: chefias tradicionais, lideranças, professor, agente de saúde e ambiental indígena.

O papel do professor indígena, como já foi anteriormente explicitado, deve ser de grande relevância, no sentido de: discutir a inserção em suas matrizes curriculares de questões relativas a Arqueologia sua teoria e método; apresentar o discurso arqueológico indígena no contexto da Arqueologia Brasileira e Mundial; refletir, informar e discutir junto a sua comunidade o tema manejo de sítios arqueológicos em Terra Indígena.

O artigo aqui apresentado procurou apresentar a situação teórica e atual da Arqueologia Mundial, apontando pontos que podem e devem ser avaliados no interior das comunidades indígenas, assim como esteve atento às possibilidades de um desenvolvimento sustentável em Terra Indígena por meio do patrimônio arqueológico.

Agradecimentos

Agradeço especialmente aos professores indígenas cursistas do 3º Grau Indígena, Elias Januário, Nanci Vieira de Oliveira, Ricardo Calaça e Andrei Goulart, Ednelson “Makuxi” Souza Pereira e Ângela Kurovski pelas informações, discussões e sugestões referentes à Arqueologia, História, Educação Indígena e Indigenismo. Contudo as idéias emitidas aqui são de total responsabilidade do autor.

Referências bibliográficas

BARRETO, C. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

CUNHA, M.C. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

FOUCAULT, M. (1969). *A Arqueologia do Saber*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, M. (1970). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e Punir*. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FUNARI, P.P.A. Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. Peter G. Stone e Brian L. *The Presented Past, Heritage, museums and education*. Molineaux, Routledge, Londres, 1994.

FUNARI, P.P.A. Memória Histórica e Cultura Material. *Revista de Ciências Históricas*. v.10. Porto: Universidade Portucalense, 1995.

FUNARI, P.P.A. Mixed features of archaeological theory in Brazil. P. J. Ucko (ed). *Routledge Theory in Archaeology, A world perspective*, Londres, 1995a.

FUNARI, P.P.A. A Cultura Material e a Construção da Mitologia Bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. *Revista Idéias*, Ano 2, Nº 11, Campinas: 1995b.

FUNARI, P.P.A. A “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga. *Revista da USP*, São Paulo (28): USP, 1995-1996.

FUNARI, P.P.A. European archaeology and two Brazilian offspring: classical archaeology and art history. *Journal of European Archaeology* 5, 2: 1997.

FUNARI, P.P.A. A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista do MAE*, São Paulo, USP. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3: 1999.

FUNARI, P.P.A. *Ethnicity and Identity: Archaeology, Education and Brazilian Identity*. Archaeological Congress 4, Cape Town, South Africa: 1999a.

FUNARI, P.P.A. Como Se Tornar Arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, nº.1, São Paulo: 1999-2000.

FUNARI, P.P.A. A Arqueologia Pública na América Latina e seu Contexto Mundial. Universidade Pública e Cidadania. Fronteiras: Revista de História, UFMS. v.6, nº.11, Campo Grande, A Universidade: 2002.

FUNARI, P.P.A. A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial. ZARANKIN, A.; SENATORE, M.X. (org). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002a.

FUNARI, P.P.A. Contradições e Esquecimentos nas Imagens do Passado. *Cultura Material Histórica e Patrimônio*. Primeira Versão, IFCH, UNICAMP, 2003.

FUNARI, P.P.A, NEVES, E.G., PODGORNY, I. Introdução - a primeira reunião internacional de teoria arqueológica na América do Sul: questões e debates. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

HODDER, I. *Interpretacion em Arqueologia: Corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1988.

JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. Londres: Routldge, 1997.

LIMA, T.A. Estudos de Gênero na Arqueologia Brasileira: por que não?. *Habitus, Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*, v.1, n.º 1, Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MARLIAC, A. Archaeology and Development: A Difficult Dialogue. *International Journal of Historical Archaeology*, v 1, n.º 4, New York, Plenum Press, 1997.

NEVES, E.G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. *A temática indígena na escola*. Silva, A. L.; Grupioni, L. D. (org), Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NEVES, E.G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do Alto rio Negro. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

NOELLI, F.S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

OLIVEIRA, J.E. *Guató: Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

OLIVEIRA, J.E. Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania. *Fronteiras: Revista de História*. UFMS, v.6 - n.º.11, Campo Grande: A Universidade, 2002.

ORSER, C. E. A Teoria de Rede e a Arqueologia da História Moderna. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. O Lugar da Arqueologia nos Laudos Antropológicos. *Os Coxixós do Capão do Zezinho: uma comunidade indígena distante de imagens da primitividade e do índio genérico*. FUNAI DGEP 30/2000, Rio de Janeiro, 2001.

POLITIS, G. La actividade infantil en la producción del registro arqueológico de cazadores-recolectores. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

ROBRAHN-GONZALEZ, E.M. O estudo da interação cultural em Arqueologia. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

SCHIAVETTO, S.N.O. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2003.

THOMAS, J. A materialidade e o social. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso). *Diagnóstico Etnoambiental das Terras Indígenas Xavante de Areões e Pimentel Barbosa, Projeto Norowedena'rada e Projeto Etenhitipá*, Edital nº06/2001, Nova Xavantina, Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)/Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2003.

WUST, I. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.